

Veridiana Alimonti

Formada em Direito pela Universidade de São Paulo e mestranda em Direito Econômico pela mesma instituição com projeto voltado ao estudo da regulamentação da comunicação no Brasil. É advogada do Idec, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, com atuação específica na área de telecomunicações, participando ativamente das iniciativas da entidade relativas à governança da Internet e participação social na regulação dos serviços.

No campo da defesa do consumidor, o Idec tem aprofundado temas essenciais relacionados à governança da Internet. Estão entre as pautas prioritárias de sua atuação a proteção da privacidade e da liberdade dos usuários da Internet, tendo trabalhado em 2010 em conjunto com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça, para a elaboração de diretrizes de comércio eletrônico que fossem consoantes com essas premissas. Como membro do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, participou ativamente da construção do caderno “Diretrizes para o Comércio Eletrônico”, lançado em agosto desse ano pelo Ministério.

O Idec traduz para o cotidiano dos consumidores questões relativas à liberdade e responsabilidade na rede. Dentro dessa perspectiva, enviou contribuições construtivas à consulta pública do Marco Civil da Internet. Tem como prioridade a defesa dos usuários na rede, que deve pautar as relações entre fornecedores de produtos e serviços, provedores de acesso e o próprio Estado.

É membro da Consumers International, associação internacional que reúne 220 organizações de defesa do consumidor ao redor do mundo e apresenta como frentes de atuação a proteção à privacidade dos consumidores, o acesso universal ao serviço de banda larga e a defesa de políticas menos restritivas ao acesso de conteúdos na rede. Em sua atuação internacional, participou, por exemplo, da Terceira Reunião Regional Preparatória para o Fórum de Governança da Internet (FGI), realizada esse ano pelo Comitê Gestor da Internet e pelo LACNIC (Registro de Endereços da Internet para América Latina e Caribe), em Quito, Equador, como relator da sessão sobre acesso e diversidade.

No Brasil, a entidade integra o Cdust, Comitê de Defesa dos Usuários dos Serviços de Telecomunicações, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Também é membro da sociedade civil no Fórum Brasil Conectado, espaço que acompanha e discute a implementação do Plano Nacional de Banda Larga no país. Nesses espaços, suas principais bandeiras são: a defesa da internet como serviço essencial, a ser prestado em regime público, submetido às exigências de continuidade, modicidade e universalização.

Com relação à prestação dos serviços de Internet, o Idec realiza pesquisas que analisam o cumprimento da legislação e das normas regulamentares pelas empresas prestadoras e a qualidade do serviço entregue. Atua pela ampliação da participação social nos processos regulatórios, tendo suas sugestões de mecanismos para tanto incorporadas pela Anatel no seu Plano Pró-Usuário, lançado em agosto desse ano.

É ainda a organização que mais possui ações judiciais relacionadas às telecomunicações. Em 2010, ingressou com uma ação civil pública contra as empresas que entregam velocidade menor do que ofertam em suas publicidades, colocando a Anatel em seu pólo passivo. A ação já teve decisão favorável e obrigou as empresas a informarem os consumidores, em seus anúncios, que não entregam a velocidade contratada.

Por fim, a entidade teve papel ativo em 2010 na discussão sobre acesso ao conhecimento na Internet. Faz parte da Rede pela Reforma da Lei de Direitos Autorais, que conta com 30 organizações e desenvolveu diversos seminários e estudos relativos ao direito de acesso aos bens culturais através da rede. Contribuiu com a publicação “Direito Autoral em Debate”, que trata em linguagem acessível das questões técnicas sobre disponibilização das obras, e contribuiu com a consulta pública sobre a reforma da Lei 9.610/98 (Lei de Direito Autoral).